

O TENENTISMO E A IMPRENSA

ALBERTO FREDERICO LINS
Universidade Federal de Pernambuco

Em 1958, no Diário de Pernambuco, perguntou-se quem matara o tenente Cleto Campelo. O jornal fazia eco às dúvidas que, há trinta anos, envolviam o acontecimento.

O presente trabalho é a resposta àquela indagação. Assim, vale recordar a pouca importância, na época, para a imprensa local, do fenômeno político que conhecemos como tenentismo. Os principais periódicos metropolitanos não saíram dos programas editoriais costumeiros para elogiar ou criticar as crises de 22, 24 e 26. Especialmente esta última, que se passou quase que defronte do Diário de Pernambuco, da A Província, do Jornal do Recife, da A Rua, do Jornal Pequeno. Quando muito, noticiando os fatos com a mesma isenção com que o fariam se Cleto Campelo houvesse atacado um trem em Cochabamba, Corrientes ou Tegucigalpa.

Ao historiador, no entanto, impõe-se uma pergunta: que era afinal, o "tenentismo" na década 20 para atrair, no Recife e por extensão no Nordeste, a crítica jornalística? Que significava, para os intelectuais do período?

Pouco mais do que nada.

O primeiro e o segundo cinco de julho mereceram da imprensa recifense os registros normais, sem que se abalassem, estudando as intentonas tenentistas como um todo, o jornalismo pernambucano e nordestino. O serviço telegráfico, cautelosamente, estampava os despachos da Western Telegraph, iniciados pelo Diário de Pernambuco, nº 155, de 6 de julho de 1922. No dia 7, a mesma coisa, sob o título "Revolução no Rio". Seguiram-no os demais. Parecia que o Rio de Janeiro ficava na Patagônia.

Do dia 12 em diante, diluíram-se as informações do que seria, para nós historiadores do presente, o início do tenentismo ascendente, restando apenas o noticiário normal, aqui e ali, nas páginas centrais, aparecendo raras referências sobre o assunto do levante de Copacabana.

Em 1924, apesar do precedente de dois anos antes, os mesmos nomes de oficiais liderando ou apoiando, alguns deles nas prisões, o novo levante armado contra o governo constituído, sô no dia 8 de julho e imprensa maurícia manifestou-se, no Diário de Pernambuco, sobre a revolução paulista, célula-mãe do que seria, no futuro de hoje, o tenentismo no apogeu. E, ainda assim, como nota redacional, sem o individualismo que costumava marcar, pelo menos no Império e nos derradeiros anos do século passado, as opiniões dos órgãos da Corte. A linguagem, pautada nos figurinos de reverência ao poder, tão do gosto dos espíritos horizontais, rezava sempre deste teor: (...) ... *"A opinião conservadora do país, as classes armadas e o povo apoiam o sr. Arthur Bernardes na sua esplêndida resistência e magnífica atitude de patriotismo"* (...)¹.

Em tiradas paternalísticas, lastimava a "ingenuidade" dos participantes de tais empresas, fadadas à derrota. Lembra muito a diapasão de escola jornalística recente.

E por todos os anos de 25 e 26, os periódicos acompanharam o avanço da Coluna Prestes, dentro de normas redacionais governistas, dando conta dos fatos sem comentários e livre dos franco-atiradores da "inteligentzia" indígena. Precatados, os intelectuais da quadra agitada preferiam as discussões poéticas às críticas ao regime, que vigia à custa do sangue da sua própria juventude militar. Não houve, em momento algum, salvo no que se referia a ideólogos partidários, iguais a Joaquim Pimenta, Cristiano Cordeiro ou Josias Leão, identidade com os fautores revolucionários, que em 22, 24 e 26 julgavam abalar as estruturas da República Velha, eivada dos mesmos vícios imperiais.

Depois de 1930, naturalmente, é que as adesões começaram de cima para baixo.

A imprensa, refletindo o pensamento pernambucano, nada dizia. Sendo o espelho das emoções locais; irradiando

do Recife para o Nordeste inteiro, desde idos de 17, 21, 24, 48, 89 e 1912, o sentimento patriótico da tomada de posições radicais, calou, apenas copiando e dando publicidade às informações do dia-a-dia revolucionário. Tratava-se dum jornalismo áulico na sua mudez tranqüila, aplaudindo com o silêncio a caça governista aos tenentes soltos nos carrascais dos sertões. Através dela, nunca ligaram nomes que formassem uma corrente "tenentista", um "tenentismo", um "grupo" apostado em derrubar as instituições. Os "jovens turcos" brasileiros. Jamais.

Testemunho maior dessa apatia conivente e natural, em 1926, depois de 18 de fevereiro, que Cleto Campelo com o seu gesto quixotesco destacou no calendário rebelde, por alguns dias os jornais recifenses juntaram-lhe o nome aos dos soldados em luta na Coluna, dando destaque a sua morte em Gravatá, mas sem comentários. Desde que o Jornal do Comércio, no nº 41, de 19 de fevereiro, noticiou o levante de Ja boatão, até que encerrasse o caso publicando trechos do relatório oficial no dia 14 de março, o diapasão foi um só: relatar o acontecido sem qualquer tomada de posição que ofendesse o oficialismo no poder.

Igual a ele, todos os outros órgãos da Imprensa local.

Enquanto aqui no Estado, submetida ao poder econômico dos senhores das empresas açucareiras do litoral e das fazendas agrestinas e sertanejas, a imprensa calava para permanecer pelo menos vegetando e recebendo a benevolência oficial, na forma de propaganda paga, no sul do país abria baterias contra o governo ou a favor, mas tomando decisões e partido, pondo-se às claras de um lado ou do outro. Desde o primeiro cinco de julho, os grandes periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo cobriram todo o movimento, completando a tomada de atitude no segundo cinco de julho, quando em 1924 o Correio da Manhã, o Jornal do Brasil, e o Jornal e A Noite, da capital do país, e o O Estado de São Paulo e o Correio Paulistano, tornaram-se porta-vozes, para um público atento do que realmente acontecia, sem sonegar informações.

O papel da imprensa na década 20, em Pernambuco,

não correspondeu à tradição que vinha da campanha abolicionista, e do dantismo, quando em 1912 revelou-se combativa ainda. De lutadora no primeiro decênio do século, passou a meramente informativa no quartel seguinte. O seu papel era minimizado pelos interesses superiores dos grupos que lhe detinham os jornais, tendo como mentores proprietários ligados à poderosa agroindústria açucareira, a exemplo de Francisco, João, José e Romeu Pessoa de Queiroz, do Jornal do Comércio, e Carlos de Lyra Filho, do Diário de Pernambuco. Passividade compreensível, se se lhe conhece de onde vinham os subsídios, transformado em propaganda do oficialismo e apoio nas transações pessoais dos donos das empresas informativas, vinculadas aos grupos poderosos economicamente, locais, regionais e estrangeiros.

O tenentismo não atraía a simpatia jornalística, nem mesmo nos atos de bravura, quando, então, da imprensa recifense merecia, somente, frases de lástima, lembrando aos leitores que eram pobres rapazes enganados pelos velhos políticos corruptos. Paternalismo visto com bons olhos pelos que, na realidade, fora do Brasil, manejavam-lhe e controlavam-lhe os índices dos balanços econômicos. O papel da imprensa nesse tempo, numa região explosiva como o Nordeste, sobre ser de ingenuidade deplorável, servia bem aos interesses do governo constituído. A grande imprensa, porque os nanicos vinculados a operários e trabalhadores, pequenos tablóides sem penetração maior, se já nada protestavam, se o fizessem, pouco poderiam influir na opinião pública do Estado. Os maiores, A Rua, A Notícia, A Província, O Diário do Estado, o Diário da Manhã, o Diário do Povo, o Jornal do Comércio, o Diário de Pernambuco, o Jornal Pequeno, o Jornal do Recife, estes sim, encarrilhavam-se no anotar as marchas e os combates da Coluna, só individualizando algum tenente quando era preso ou morto, ou quando destacava, tarjados de negro, anúncios fúnebres de convites familiares para missa de 79 dia. Nunca a imprensa pernambucana foi tão oportunamente silenciosa quanto a desse tempo, despressentida de que testemunhava um dos períodos marcantes da história nacional. Embora sem ideologia, ainda que despreparados cultural e intelectualmente quanto à realidade social e histórica do momento que viviam; sem pontos de vista firmados sobre o que se passava na Rússia, em 17, na Alemanha, entre 1920 e 1925, e nos Estados Uni-

dos, a partir de 1927; ainda assim os tenentes brasileiros lutavam por alguma coisa vaga, mas que acreditavam ser o melhor para o Brasil: a limpeza da administração públicos e homens ligados à corrupção e ao enriquecimento ilícito.

E esse "tenentismo" latente, passou despercebido da imprensa pernambucana, mais preocupada com os anúncios dos carros Studebaker e dos filmes de John Boles, do que com a penetração da Coluna Prestes, no dia 11 de fevereiro de 1926, nas fronteiras estaduais violadas. A poeira levantada nos caatingais do Pajeú de Flores, no Alto Sertão, intranquilizou pouco o noticiariasta anônimo do Jornal do Comércio, que daí em diante, sob o título de "Os Rebeldes de Pernambuco", limitou-se a descrever, para acalmar a população, as providências governamentais, entoando elogios ao que se fazia para acalmar a família recifense. E como os rebeldes estivessem a 500 quilômetros da capital, conforme afirmava o Diário de Pernambuco, que descansasse tranqüilo o povo da cidade assustada.

Este, até janeiro de 1927, foi o papel da imprensa do Recife no que tangia às transformações políticas da década: informar, sem comentários, os movimentos das tropas e solicitar bom senso e reflexão à população. Que se acomodasse, porque o governo tinha tudo sob controle. Nenhum vislumbre opinativo lê-se, nesses quatro anos de tomadas de posições político-militares (1922/26), que vinculasse algum influente jornal pernambucano a causas que não fosse da linha governamental, a exemplo do Jornal do Comércio, aliado às oligarquias detentoras do poder executivo.

Analisando as lutas partidárias regionais nesse período, Costa PORTO chega à mesma conclusão, ou confirma eu o que disse o historiador, de que a imprensa achava-se amordaçada para o que não fosse do interesse dos grupos oligárquicos. E isto afiança oferecendo razões para justificar o enfraquecimento jornalístico na década 20, no que se referia às questões cívico-militares da época no Recife. E comenta: (...) "...O que, tradicionalmente, sempre dificultava as administrações eram as campanhas dos jornais - não apenas de pasquins como O Corsário, de Apulcro de Castro, - mas de órgãos respeitáveis como, em Pernambuco, o Jornal do Recife, a A Província, o Diário de Pernambuco (...) - os

quais, se ligados ao oficialismo, defendiam com ardor o governo, mas, na oposição, moviam campanhas arrasadoras contra os dirigentes, não raro descambiando para o terreno pessoal, (...) nada lhe escapando à fúria desatinada".

"Pois neste ponto SÉRGIO² seria um privilegiado, tendo, ao menos no começo, a imprensa ao seu lado, quase sem oposição, usando tática dupla (...) que o libelo de 1926 escarpelaria em cores acrimoniosas e apaixonadas: coação e suborno. No início, alguns órgãos da imprensa tentaram hostilizá-lo — O Dom Casmurro, de Osório Borba, a A Noite, dos irmãos Firmo, o Diário do Povo, de Joaquim Pimenta: SAÍRAM-SE MAL, TIVERAM DE SUSPENDER AS ATIVIDADES, NÃO AGUENTANDO O ARROCHO DAS PERSEGUIÇÕES DO SERGISMO".

"Outros seriam governistas pelo embornalamento, o caso, frisava o libelo, do Diário de Pernambuco. Muito político no Império (...), mantivera certa equidistância nos primeiros dias da República, até começos do século, quando passou à propriedade de Rosa e Silva (...) em 1913, adquirido pelo coronel Carlos de Lira (...), no governo Sérgio, não sendo bem jornal governista, adota orientação estranha, NÃO SE ANIMANDO, SEQUER, A PUBLICAR O SIMPLES REGISTRO DOS FALADOS DESMANDOS DA ADMINISTRAÇÃO, E ISTO PORQUE O SEU DIRETOR-SECRETÁRIO, O JORNALISTA CARLOS LIRA FILHO, RECEBERA UMA CADEIRA DE DEPUTADO FEDERAL, DE MÃO BEIJADA (...)"

"O caso, também, de A Província. Fundado em começo de 1872, por José Mariano (...) sempre fora um dos órgãos mais combativos e temidos (...) Eleito Sérgio, adotara de começo atitude quando nada de reserva (...), FINDANDO, PORÉM, LOGO A SEGUIR, POR PERDER A CELEBRADA LIBERDADE, POR INTERVENÇÃO MUITO FORTE DE UM POLÍTICO SITUACIONISTA QUE TINHA (...) VOZ DE COMANDO NO JORNAL — O DR. ARQUIMEDES DE OLIVEIRA — UM DOS SENADORES ESTADUAIS NA CHAPA DE 1924".

"Também o caso do Jornal Pequeno. Fundado em julho de 1899 (...) sempre se caracterizara pela independência perante os governos (...) MUITO CEDO, PORÉM, SE ALISTOU NA CURRIOLA SERGISTA, E ISTO PORQUE, — ACUSAVA O LIBELO DE 1926 — SEU DIRETOR, SEM O MENOR PRESTÍGIO ELEITORAL,"

FORA CONTEMPLADO COM UMA CADEIRA DE SENADOR ESTADUAL, NA LEGISLATURA DE 1924".

"Quanto ao Jornal do Comércio, seu sergismo seria explicável, DISPENSANDO (...) PRESSÃO OU SUBORNO(...)".

"Do Diário do Estado (...) seria ocioso falar: era órgão do governo"³.

Concluindo, diz que a corrupção era geral, e que, dos ataques aos beneficiários da causa pública, estava "qua se toda a IMPRENSA DO RECIFE - À EXCEÇÃO DO JORNAL DO RECIFE, - ACUSADA DE SILENCIAR DIANTE DOS CRIMES DO GOVERNO, POR QUE SUBORNADA EM MASSA"⁴.

Outro analista dos problemas econômicos do país, afirmou certa vez que "os ideais dos tenentes, porém, nada tinham de comum com o socialismo. Talvez nem mesmo com a democracia de Jefferson e de Lincoln. Inspiravam-se, pelo contrário, nos exemplos de Mussolini e de Kemal Pacha"⁵. Discredo. E comigo os que conviveram com eles e sobre eles escreveram, inclusive amparados nas proclamações da Coluna ou de membros isolados da mesma. Aí, nessa falta de diretriz política, talvez resida a causa do silêncio jornalístico a respeito do tenentismo, enquanto atuante na década de 20 em Pernambuco. À grande imprensa pouco restava o que contestar. Sem embasamento ideológico que constituísse perigo real aos interesses econômicos dominantes na área, representados por americanos e ingleses, quase nada poderia dar o tenentismo que falar ao portador do poder central, do regime instalado em 89: a imprensa. Falar do que? Mencionadas as marchas e os combates; noticiados os movimentos genuinamente militares, aqui e ali um Cleto Campelo ou um padre Aristides quebrando a rotina; que restava às redações dos jornais recifenses subvencionados pela Fazenda Pública? Encerrado um episódio mais vivo, retornava o jornal pernambucano aos seus anúncios fúnebres, notas sociais, reportagens de crimes comuns e, destacando sempre, as notícias vindas do exterior.

Os tenentes, quando amparados pelo poder constituído em 1930, simplesmente apoiaram o que as oligarquias, transplantadas da Velha República para a Nova, queriam que permanecesse: o "status quo" anterior. Fossem movidos por

uma crença política radical, de base, sedimentada em estudos, quer de direita, quer de esquerda, como mais tarde Cordeiro de Farias e Carlos Prestes ficariam como exemplos, e jamais os tenentes teriam cedido aos grupos do antigo regime o comando dos seus ideais e ações.

NELSON WERNECK SODRÉ, em introdução oportuna, afirmou certa vez: (...) ... "O sistema, pela repetição das tentativas, provou sua ineficácia: tornou-se claro, depois de algumas tentativas, que o latifúndio não abriria mão, pelo caminho político, de sua dominação longuíssima, usando e abusando de todos os processos para burlar a representação e para reduzi-la à farsa a que se limitara. A inutilidade dessas tentativas é que abriu caminho ao movimento tenentista, que se propunha, pela violência armada, alterar o quadro tradicional. Grupos cada vez mais numerosos de jovens oficiais empreenderam sucessivas tentativas para quebrar, com a rebelião militar, a situação dominante. Os movimentos começaram a suceder-se, cada vez mais amiúde, e em diversos pontos do território nacional. Foram sempre derrotados, do ponto de vista militar; mas é inegável que, a cada um, aumentava a influência do movimento tenentista, que passou a constituir uma força importante no processo político brasileiro. E, como é natural, a reivindicação fundamental dos participantes nesses sucessivos atos de rebelião armada consistia na representação livre e ampla, complementada pela necessidade de uma justiça que assegurasse à representação as condições indispensáveis à sua vigência. Eram postulados nitidamente burgueses, postulados que demandavam enquadrar as instituições republicanas em suas virtudes originais, isto é, na clara representação da classe burguesa, que tão bem tipificavam em suas origens clássicas.

"A crise de 1929 permitiu ao movimento tenentista aglutinar-se com outras forças políticas, tradicionais algumas, capazes de constituir a ampla frente que desembocaria na Revolução de 1930, logo vitoriosa. Aquela revolução trouxe, assim, como uma de suas componentes principais, a corrente tenentista. E abriu-se nova fase: a luta entre essa corrente e as correntes políticas tradicionais, aliadas para derrocar a situação anterior, mas agora divididas, pelos seus propósitos divergentes. É a fase que decorre en-

*tre a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo. O movimento tenentista sofre uma derrota, que o inutilizará, abrindo caminho para o alinhamento de outras forças, que vão herdar muitas de suas justas reivindicações, ampliando-as consideravelmente, e fazendo que ele, como movimento militar, começasse a perder o sentido"*⁶.

Se, realmente, os tenentes tivessem montado um su porte logístico que não fosse idealista, teriam se mantido fiéis, sem engrossar as fileiras dos novos políticos, em as censão sob o beneplácito das oligarquias tradicionais. Em maio de 1930, Prestes lançava o seu "Manifesto", passando à esquerda, mas contestado imediatamente por Juarez Távora, na "Resposta ao Manifesto", situado radicalmente à direita. E eram tenentes ambos e apenas há quatro anos, ombro a om bro, batiam-se pelos mesmos princípios de equilíbrio social.

Este, o retrato do tenentismo quando testado. E a imprensa que não orienta nem dirige, mas simplesmente reflete um estado de cousas, não se sentiu motivada pelo "tenentismo", no sentido lato do vocábulo ou numa visão profética do qué seria após 1930.

O próprio LUIZ DO NASCIMENTO, cuja obra, valiosa para consulta, rotulou extensíssimamente a imprensa pernambucana, espelhando-lhe os sentimentos em 14 volumes, sete dos quais já publicados, não teve a atenção atraída às lutas sociais da época, justamente pela matéria escassa que sobressaía nas dezenas de jornais da década 20 em nosso Estado. Havia crítica severa a atos do governo local, partida rismo, especialmente nas pugnas eleitorais de 21, 22 e 26, mas sem alusões fundas aos movimentos desencadeados a partir do primeiro cinco de julho.

Nos boletins e pequenos periódicos do tempo, bastando citar entre outros o Frei Caneca (1927), o Labor (1925), o O Acadêmico (1922), o A Semana (1922), o O Hóspede (1922), o O Imparcial (1927), rezavam quase todos por uma só cartilha sentimental, ainda sob influência portuguesa, que só vi ríamos a perder depois da 2ª Grande Guerra.

O O Gráfico (1928) realmente tentava lutar pela classe, tecendo críticas ao governo, mas sem exaltar a movi

mentação armada que, há oito anos já, incendiava os ânimos políticos de norte a sul do país. Foi de breve vida, sem ter tido colaboradores de renome.

O que mais se lê, na década de 20, nessas dezenas de jornais pululantes da sempre embrionária imprensa nani-ca brasileira, são poesias tolas, chamadas de missas, contos domingueiros, quadros chorosos, esparsa colaboração falando em "doces donzelas" e "pulcras criaturas de madeixas loiras". Anedotário que, visto de hoje, se não fosse ingênuo e próprio de uma cultura atrasada, seria lastimável. Qualquer festa que se aproximava tomava todo o espaço das páginas. Ao chegar o Carnaval, só dele falavam. E o golpe de Cleto Campelo aconteceu justamente numa semana carnavalesca:

A Gazeta Acadêmica, onde deveria haver a exaltação dos moços intelectuais, dos celebrados "bacharéis", em 30 de maio de 1926, depois de elogiar Estácio Coimbra, candidato da situação ao governo do Estado, lança-nos em cima a poesia "Idílio", que começa assim:

"Ó pegureira de olhar macio",

terminando 35 linhas abaixo:

*"Olhe; as rolinhas que vão no ar,
Nenhuma delas deixa o seu par";*

À parte o erro de português, sem comentários.

O Olinda Jornal, em 25 de abril de 1929, preferia falar de Bernardo Vieira e Tiradentes, repetindo a divisa "*Libertas quæ sera tamen*" — para não cair em descuido e ferir susceptibilidades mais vivas de araaues menos mortos do que os dois defuntos históricos.

O O Combate, editorado em Jaboatão, pouco conseguia. Tinha secções iguais a "No Reino da Troça", "Álbum Familiar" e "Reparos Alheios". De combatente, mesmo, só tinha o título.

Assim, restava aos grandes as notícias copiadas da

agência telegráfica, sem tomar maiores comprometimentos e sem identificar, nas revoltas esparsas, qualquer encadeamento lógico. A Rua, de 7 de julho de 1924, imprime na folha de rosto a secção "A Situação no Sul do País-Revolta-Telegramas e Notas Diversas", que toma de duas a três e meia colunas. E no resto do matutino, "Club de Engenharia", "Academia de Letras", "O Açúcar", "Vida Desportiva", "Telegramas", "Lojas Paulista" e "Saboaria Paraibana".

Sendo um órgão de "livre opinião", segundo auto-proclamava no frontespício, continuava nesse teor sem alterar uma vírgula, e de 22 de julho em diante remeteu a pequena secção política para o corpo do jornal.

O papel da imprensa pernambucana na década 20, sob enfoque crítico quanto ao tenentismo, foi nulo, reflexo de uma sociedade ainda presa a cânones românticos portugueses, desmotivada para conquistas políticas e desatenta ao que se passava de sério nos movimentos armados que, antes que findasse o terceiro decênio do século, desembocaria na Revolução de 1930. Revolução que, a seu modo, também ficou indiferente ao pensamento tenentista, que se dissolveu nas manobras de Vargas.

N O T A S

1. Diário de Pernambuco, de 8 de julho de 1924.
2. Governador Sérgio Loreto (1922-1926).
3. COSTA PORTO. Os Tempos de Estácio Coimbra, pp. 105-8. 1. ed., 1977. Ed. Universitária, Recife.
4. Id. cf. p. 146.
5. MONIZ BANDEIRA, Presença dos Estados Unidos no Brasil. p. 22.
6. VIRGÍNIO SANTA ROSA. O Sentido do Tenentismo, Prefácio pp. XVIII e XIX, 3. ed., 1976. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo.